



CERRADO



Goiânia, QUARTA-FEIRA, 22 de junho de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

ÓPERAS COM A FILARMÔNICA

Verdi, Puccini, Saint-Saens e Leoncavallo para aquecer a manhã de domingo

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Senador Wilder se encontra
com ministro para discutir
administração pública



CONCERTO

Ópera vai esquentar Goiânia

WELLITON CARLOS

Ouvintes exigentes podem se preparar: a Filarmônica de Goiás apresenta na manhã deste domingo, 26, às 11h, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, o concerto "Manhã de Ópera" (entrada grátis).

Trata-se de evento capaz de espantar o frio da manhã de domingo e alimentar a alma dos interessados na cultura que atravessa os séculos e se impõe pela qualidade e grau de exigência.

O circuito operístico acontece em Goiânia de forma esporádica. A capital já foi palco, inclusive de festivais de ópera. Mas a dificuldade em reunir músicos de qualidade, o custo da montagem e a própria dificuldade em divulgar eventos de tal magnitude reduzem as apresentações desta verten-

te da música erudita que atrai fãs apaixonados.

Por isso não será desta vez que você ouvirá uma ópera completa preparada pela filarmônica, mas as árias principais do repertório estarão presentes na atuação do maestro Luiz Fernando Malheiro e dos cantores escalados para interpretar grandes clássicos do repertório operístico.

A soprano Daniella Carvalho, a mezzo-soprano Ana Lúcia Benedetti, o tenor Fernando Portari e o barítono uruguaio Alfonso Mujica apresentarão peças consagradas que constam das óperas "Sansão e Dalila" (Saint-Saens), "Pagliacci" (Leoncavallo), "Tosca" (Puccini), "Aida", "Luisa Miller" e "La forza del destino" (Verdi).

Todas as peças fazem parte do repertório de primeira

linha da ópera internacional. "Pagliacci", de Ruggero Leoncavallo, por exemplo, já foi interpretada por artistas como Luciano Pavarotti, Mario Lanza e Plácido Domingo.

"La Forza del Destino", que consta no repertório deste domingo, foi gravada por Maria Callas, para se ter ideia. Um dos registros mais dramáticos do repertório operístico é "Pace, pace mio Dio", gravada em 1954 por Callas e que oferece um profundo agudo inicial, responsável por fazê-la brilhar ainda mais no cenário erudito internacional.

CANTORES

Em Goiânia, o ouvinte poderá escutar de perto a talentosa mezzo-soprano Ana Lúcia Benedetti, que se destaca no repertório de Verdi. Ela já encarnou, por exemplo, Ulri-

ca em "Un Ballo in Maschera", uma composição de intensa profundidade e que exige controle dos acidentes nas escalas para que não desafine ao passar pelas notas mais agudas.

Fernando Portari é outro cantor de destaque, com vibratos que ricocheteiam os espaços com força e dinâmica. A voz de peito de Portari encarna toda a beleza e magnitude prevista pelos compositores.

A soprano Daniella Carvalho é outra importante voz da atualidade, com um grau de impacto semelhante ao de Bidu Sayão, principalmente pelas ligaduras. A curva que faz em sua entonação demonstra uma habilidosa intérprete, que domina toda a flexão vocal e a encarnação literal das personagens.

Dos compositores, o de maior destaque é Verdi, que

percorreu todas as nuances da música romântica nacionalista. Italiano de Roncole, Verdi é obrigatório no repertório operístico – assim como Mozart, que poderá ser a ausência mais marcante desta manhã de domingo.

No campo da música clássica, costuma-se criticar Verdi pela simplicidade melódica, principalmente pelo excessivo apego aos encadeamentos diatônicos. Mas não basta a crítica frente ao grande padrão de qualidade que impôs no repertório operístico, com obras como "Rigoletto", "La Traviata" e "Nabucco".

"Aida", que terá trechos apresentados em Goiânia, fala de uma trama política e amorosa envolvendo Etiópia e Egito. Aida vive um dilema de ser escrava e rainha etíope – e este é o mote de toda a história.



CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília

Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia

Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor

Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem

Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó

Capa

Tico-tico-do-bico-preto
e ingá

CONTAS PÚBLICAS

Senador Wilder quer mudança na legislação orçamentária

AGÊNCIA SENADO



Wilder lembra que o tema orçamentário é de primeira ordem nos assuntos de Estado e devem ser tratados com rigor

WELLITON CARLOS

A legislação sobre contas públicas tem se tornado referência nos debates políticos do país. Menos por interesse político e mais por necessidade. Não bastasse a presidenta Dilma Rousseff enfrentar julgamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as chamadas pedaladas fiscais, agora o assunto tem chegado também nos Estados.

Diversos gestores apresentam dificuldades em cumprir com a legislação. E a motivação varia: pode tanto ser falta de qualidade do gestor público quanto a lei que é, de fato, antiquada.

Por isso tem aumentado no Congresso Nacional um movimento para atualizar a legislação que trata das leis orçamentárias.

Com 131 artigos, um destes projetos de lei quer reformar a legislação que trata da elaboração, organização, fiscalização dos planos e orçamentos públicos. O Projeto de Lei 203/16 proposto pelo senador Wilder Morais procura atualizar as regras que regulamentam o exercício financeiro dos estados e ao mesmo tempo dar um norte para os gestores, que muitas vezes pecam pelo desconhecimento da lei.

A proposta do senador Wilder Morais já está na Comissão de Assuntos Econômicos e será relatada pelo senador Raimundo Lira (PB). A regra proposta

pelo goiano trata em detalhes de normas orçamentárias, como Lei de Diretrizes e Bases (LDO) e Lei Orçamentária Anal (LOA), além do Plano Plurianual.

O senador goiano informa para a reportagem que a legislação Lei nº 4.320/64 está anacrônica e os novos problemas e desafios orçamentários exigem uma resposta do Congresso Nacional. Conforme Wilder, esta regra não é mais suficiente e eficaz para tratar da gestão financeira e patrimonial da administração pública. "A proposta de lei que apresentei vale tanto para a União quanto para os Estados, Distrito Federal e Municípios", diz Wilder.

CASO DILMA

O maior exemplo de problema orçamentário do país é a gestão da presidenta Dilma Rousseff. A situação de "pedaladas fiscais" incomodou o cenário político, pois inúmeros gestores revelaram enfrentar problemas semelhantes. Conforme o TCU, Dilma encara o problema de novo exatamente por conta dos orçamentos e poderá ter suas contas rejeitadas.

Segundo Wilder, é necessário enfrentar a "lacuna legislativa", mas reconhecer que o gestor não pode fazer o que deseja: inúmeras regras esparsas dificultam o controle e a atuação orçamentária frente aos inúmeros decretos, regulamentos e leis. O senador diz que isso, todavia, não é moti-

vo para que os chefes de executivo desrespeitem a legislação.

Wilder lembra que o tema orçamentário é de primeira ordem nos assuntos de Estado e devem ser tratados com rigor, pois os tribunais não perdoam os gestores que se equivocam.

"Em termos de inserção no ordenamento jurídico, é preciso deixar claro que o texto não trata das regras fiscais já contempladas na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), limitando-se a reiterá-las de forma explícita e a complementar detalhes de sua implementação", diz Wilder.

DIMENSÃO

O Projeto de Lei 203/16 estabelece que a lei orçamentária anual representa a materialização, na dimensão financeira, das políticas e programas de trabalho do governo fixados no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias. A lei trata de sua qualidade impositiva: "(...)É impositiva a aplicação de todos os recursos nela autorizados para o alcance dos objetivos nela fixados, desde que atendidas as exigências legais pertinentes à respectivas despesas, aplicando-se para efeito de contenção ou supressão de despesas, exclusivamente, os mecanismos de controle fiscal previstos nesta Lei Complementar e na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000".

DÍVIDA DOS ESTADOS

Goiás fecha acordo para economizar R\$ 1 bilhão este ano

ASSESSORIA/GOVGO



Marconi afirmou que acordo "foi o melhor possível"

O governo federal finalmente fechou um acordo com os governos estaduais para renegociar as dívidas dos estados. A proposta é de alongamento das dívidas por 20 anos, o que irá proporcionar uma queda no valor mensal pago pelos estados à União. O valor total da dívida ficaria diluído em mais de 240 meses. Só o Estado de Goiás, segundo o governador Marconi Perillo, irá deixar de pagar à União este ano do serviço de sua dívida estimada em R\$ 17 bilhões, algo em torno de R\$ 1 bilhão.

Depois de mais de duas horas de reunião na tarde desta segunda-feira, 20, com os governadores de Goiás, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Norte, Amapá, Rondônia, Tocantins e os vice-governadores da Bahia, Pará, Piauí e Acre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, bateu o martelo e aceitou dar desconto na dívida dos estados por um período de dois anos.

Diferente do que defendia (redução do desconto de dois anos para 18 meses), o governo federal recuou e aceitou que as parcelas das dívidas pagas pelos estados à União sofram desconto gradual durante dois anos entre julho deste ano e julho de 2018.

Segundo o governador Marconi Perillo, o desconto começará em 100% válido para os meses de julho e agosto, o que significa dizer que durante este período os estados não irão pagar as parcelas de suas dívidas à União.

O governador Marconi Perillo disse que na proposta entram também contratos com o BNDES. Antes da reunião com o presidente interino, Michel Temer, ocorrida em seguida, Marconi anunciou que os governadores estavam se dirigindo ao Palácio do Planalto com o firme propósito de fechar o acordo nesta segunda-feira mesmo.

Em relação às contrapartidas colocadas como pontos primordiais pelo governo federal para o fechamento da pauta, o governador disse ser favorável a que haja um esforço dos estados

no corte de despesas. "Elas são importantes. Os governos precisam dar demonstração de responsabilidade fiscal", comentou.

Um outro acordo fechado com o ministro Meirelles diz respeito à devolução daquilo que os estados conseguiram deixar de pagar amparados em liminar do STF. O Governo Federal queria que as parcelas não pagas fossem devolvidas em 10 meses. Depois de muito diálogo o ministro Meirelles aceitou dividi-las em 24 meses.

Ao final da reunião e na companhia do ministro Henrique Meirelles, todos os governadores seguiram para o encontro com o presidente Michel Temer. Apesar de as bases do acordo já estarem acertadas, a reunião durou mais de duas horas sem a presença da imprensa.

Na saída, o governador Marconi Perillo anunciou que o presidente oficializou o acordo. "Isso nos agrada e nos atende. Ficamos satisfeitos com o resultado", comentou ao lembrar que as discussões sobre a renegociação da dívida dos estados com o Governo Federal se arrastam há mais de um ano e meio.

SECRETARIA DE GOVERNO

Senador Wilder se encontra com ministro Geddel e discute aperfeiçoamento na tributação

JOÃO CARVALHO

O senador Wilder Moraes se encontrou nesta terça-feira, 21, com o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, para apresentar e discutir o seu Projeto de Lei Complementar (203/2016), em tramitação no Senado, que reforça e amplia os institutos da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de criar padrões e estabelecer procedimentos de fiscalização para controle da administração pública. A iniciativa do senador goiano também busca facilitar o acompanhamento das ações, visando resultados mais eficientes e econômicos aos brasileiros.

O projeto de Lei Complementar apresentado pelo parlamentar está na Comissão de Assuntos Econômicos com o relator Raimundo Lira (PB), que analisa o conteúdo da proposta. A Lei tem 131 artigos e trata em detalhes de normas orçamentárias, como Lei de Diretrizes e Bases (LDO) e Lei Orçamentária Anal

(LOA), além do Plano Plurianual.

Na reunião com Geddel Vieira Lima, o senador Wilder também pediu apoio à sua proposição considerando que atualmente o Brasil vive inúmeros problemas pela falta de uma legislação que organize o orçamento dos três entes da Federação, União, Estados e Municípios. A proposta do senador Wilder prevê novo prazo ao PPA. Atualmente, o prazo de envio do PPA, realizado em 31 de agosto, é o mesmo da lei orçamentária, o que contribui decididamente para colocá-lo em segundo plano.

Com esse projeto, Wilder Moraes espera dar atenção especial a intersectorialidade das políticas públicas, colocando o cidadão como o centro da ação governamental e rompendo com a fragmentação que, lamentavelmente, caracteriza a ação do Estado brasileiro. Wilder também relata que sua proposta estabelece a participação social na elaboração, apreciação, execução, monitoramento e avaliação do PPA.



Wilder diz que proposta estabelece a participação social na elaboração, apreciação e execução

SENADOR NA MÍDIA



GAMELEIRA

Wilson Tavares é pré-candidato a prefeito com apoio do senador Wilder

JOÃO CARVALHO

O advogado Wilson Tavares de Sousa Júnior é o pré-candidato à Prefeitura de Gameleira, cidade com cerca de 4 mil habitantes. Além do apoio do governador Marconi Perillo, do senador Wilder Moraes e do vice-governador José Eliton, Wilson terá na sua campanha cinco dos nove vereadores da cidade, além de nove legendas que já hipotecaram apoio ao seu projeto político, mais o vice-prefeito Leopoldo Tiago.

Sobrinho do primeiro prefeito de Gameleira, José Denisson (2001/2008), um dos responsáveis pela emancipação política do município, em 1996, Wilson Tavares destaca seus projetos para as áreas da Educação, saúde e segurança. Assegura que vai pagar rigorosamente em dia o Piso Salarial Nacional dos Professores, além de implantar ar condicionado nas salas de aula. Também propõe construir um CMEI para atender o distrito de Mocambinho.

O pré-candidato do PP também anuncia que, caso eleito, pretende comprar uma Van para transportar, com segurança e conforto, os pacientes do município que precisam se



Wilson Tavares e Senador Wilder, no encontro com os pré-candidatos realizado pelo PP: união pelo bem de Gameleira

deslocar para Goiânia ou Anápolis em busca de atendimento médico. Na área de segurança, ele diz que a prefeitura pode ajudar na aquisição de câmeras de monitoramento e segurança na cidade. "Apesar de a cidade ser pequena e com uma população acolhedora e pacífica, nós podemos investir também em instrumentos que nos deem mais segurança", disse.

Wilson Tavares diz que está também na sua plataforma de governo lutar para que uma agência bancária e um cartório

de registro de imóveis sejam instalados na cidade. Ele também defende a volta do transporte coletivo intermunicipal, para atender no trajeto até Silvânia e Anápolis.

Com 30 anos de idade e formado em Direito, Wilson avalia que nas eleições de 2016 o eleitor estará mais atento aos candidatos e vai cobrar mais. "Estamos preparados para debater com o cidadão e apresentar uma proposta que seja compatível com a nossa realidade", avisa.